

- d) Utilizar Motorista não cadastrado no Núcleo do Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, ou com licença vencida.
- e) Transportar produtos inflamáveis dentro dos veículos.
- f) Utilizar veículo sem o Tacógrafo - equipamento complementar utilizado para apurar a quilometragem diária.
- g) Descumprir as Portarias, Resoluções e o Regulamento do Transporte do Escolar do município;
- h) Desacatar funcionário público - (Art. 331 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40).
- i) Não possuir registro como veículo de passageiros.
- j) Não submeter os veículos a inspeções técnicas determinadas pelo Município e de acordo com as Ordens de Serviço n. 002/97 e n. 018/97 do DAER.
- k) Não afixar a autorização para conduzir escolares na parte interna do veículo em local visível, com inscrição da lotação permitida.
- l) Conduzir escolares em número superior à capacidade do veículo estabelecida pelo fabricante;
- m) Deixar de substituir imediatamente o veículo por outro em condições próprias e regulamentadas através do CONTRAN, em casos de defeitos, avarias ou manutenção, incluindo os veículos em trânsito, de forma a não interromper em nenhuma hipótese a prestação do serviço. Devendo o fato ser imediatamente comunicado ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
- n) Deixar de cumprir todas as exigências contidas no Código de Transito Brasileiro bem como em regulamentações expedidas pelo CONTRAN.
- o) Alterar ou rasurar, a autorização de inspeção semestral do DETRAN para a verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança ou documentos exigidos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária.
- p) Confiar a direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente habilitados ou autorizados pela Administração.
- q) Transportar passageiros não autorizados pela Administração.
- r) Trafegar com portas abertas.
- s) Conduzir veículos com imprudência ou negligência.
- t) Negar a apresentação dos documentos à fiscalização.
- u) Trafegar com veículos em condições mecânicas que comprometam a segurança.
- v) Veiculação de publicidade de natureza político partidária ou que interfira negativamente na educação dos usuários, incluídos os sistemas de sonorização e/ou audiovisual.

Infrações gravíssimas, imputadas ao contratado ou condutor do Transporte Escolar, puníveis com advertência escrita, multa prevista no contrato e rescisão contratual.

- a) Deixar de operar os roteiros sem motivo justificado pelo período superior a 01 (um) dia letivo;
- b) Colocar em operação veículo não autorizado, sem motivo justificado.
- c) Conduzir veículos sob efeito de bebida alcoólica, com visíveis sintomas de embriagues, atestados pelo uso do bafômetro ou por termo testemunhal, independentemente do nível de alcoolemia, ou sob efeito de drogas ilícitas ou sob qualquer condição que comprometa a plena saúde física e mental, inclusive quando em decorrência de medicamentos.
- d) A perda das condições técnicas ou operacionais para manter o serviço com as condições de segurança.
- e) Operar com veículos que não contém os requisitos legais para o transporte de escolares;
- f) Conduzir veículos sem a habilitação e os demais requisitos exigidos para o transporte de escolares;
- g) Assediar sexual ou moralmente os usuários do Transporte Escolar.
- h) Conduzir veículos com operações de alto risco para os usuários.
- i) A prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a Administração Pública ou a prestação dos serviços públicos.

PENALIDADES:

Parágrafo Vigésimo Segundo. Após ser constatado pelo Núcleo de Transporte Escolar através de fiscalização in loco, denúncia ou relato dos usuários do transporte escolar qualquer das infrações acima mencionadas, será emitida notificação à empresa para que seja sanada a irregularidade no prazo de 24h.



não ocorrendo a regularização será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 10% do valor no pagamento mensal.

Parágrafo Vigésimo Terceiro. Quando da realização de fiscalização por parte do setor de transporte escolar se o fiscal atender a ocorrência de alguma situação que represente risco aos alunos poderá ser determinada a interrupção do serviço. No caso de 2 notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será encaminhado Processo Administrativo.

Parágrafo Vigésimo Quarto. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Parágrafo Vigésimo Quinto. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

Parágrafo Primeiro. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Terceiro. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Quarto. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Quinto. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

Parágrafo Sexto. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

Parágrafo Oitavo. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Parágrafo Nono. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

I) os valores das Notas fiscais correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

O contratante poderá ainda:

I) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

II) O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Primeiro. As despesas provenientes deste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

Recursos oriundos FUNDEB

Órgão	Ficha	Projeto atividade	Elemento despesa
Secretaria Municipal de Educação Esportes e Cultura	3202	2404	339039320000



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Parágrafo Primeiro. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo. O contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Parágrafo Quarto. Registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro. A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA ficará a cargo do Município, por meio das Fiscais do Transporte Escolar do Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura e demais secretarias, bem como pelas equipes diretivas das escolas, Conselho Municipal de Educação e ainda pelo Conselho de Pais e Mestres.

NOME DO FUNCIONÁRIO: CARINA FERRAZ GONÇALVES MATRÍCULA: 89389

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato. E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento de igual teor e forma.

Canguçu, 04 de Agosto de 2023.

CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES
VICE PREFEITO NO EXERCÍCIO DE PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ROGER DUTRA LUIZ LTDA
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F414-25B7-9376-9F88

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROGER DUTRA LUIZ LTDA (CNPJ 29.142.605/0001-07) VIA PORTADOR ROGER DUTRA LUIZ (CPF 004.XXX.XXX-03) em 04/08/2023 15:17:21 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/F414-25B7-9376-9F88>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6842-7958-9724-2389

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 07/08/2023 08:24:33 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONCALVES (CPF 791.XXX.XXX-15) em 08/08/2023 13:23:23 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/6842-7958-9724-2389>